

CECILIA PINTO COELHO

**O ACORDO DE LIVRE COMÉRCIO ENTRE
MERCOSUL E ISRAEL**

**Trabalho de Conclusão de
Curso de Relações
Internacionais para a
Universidade de Brasília,
apresentado como requisito
parcial à obtenção do título
de Especialista em
Relações Internacionais**

Brasília

2009

CECILIA PINTO COELHO

**O ACORDO DE LIVRE COMÉRCIO ENTRE
MERCOSUL E ISRAEL**

**Trabalho de Conclusão de
Curso de Relações
Internacionais para a
Universidade de Brasília,
apresentado como requisito
parcial à obtenção do título
de Especialista em
Relações Internacionais**

Orientadora:

**Professora doutora Norma
Breda dos Santos**

Brasília

2009

FICHA CATALOGRÁFICA

Coelho, Cecília Pinto
O Acordo de Livre Comércio entre Brasil
e Israel; Orientadora:
Norma Breda dos Santos. – Brasília,
2009
62p.
Trabalho de Conclusão de Curso.
Instituto de
Relações Internacionais / Universidade
de Brasília.
Curso de Especialização em Relações
Internacionais.
1.Mercosul. 2. Política
Externa – Brasil e Israel
Instituto de Relações Internacionais

Sumário

INTRODUÇÃO.....	5
RESUMO.....	10
METODOLOGIA.....	11
MERCOSUL.....	12
1.1 Breve histórico.....	12
1.2 As vantagens de uma integração regional	17
1.3 O Mercosul hoje.....	20
RELAÇÕES BRASIL-ISRAEL.....	25
2.1 A criação do estado de Israel e a relação deste país com o Brasil....	25
2.2 Brasileiros em Israel.....	34
2.3 Judeus no Brasil.....	37
O TRATADO DE LIVRE COMÉRCIO ENTRE MERCOSUL E ISRAEL.....	39
3.1 Israel: potencialidades.....	39
3.2 O acordo de livre comércio entre Mercosul e Israel.....	43
3.3 Argentina, Paraguai, Uruguai e o ALC.....	48
3.4 Um problema pendente: as regras de origem.....	50
3.5 Brasil: potencialidades.....	52
3.6 Empresas israelenses no Brasil.....	55
CONCLUSÃO.....	59
BIBLIOGRAFIA.....	61

INTRODUÇÃO

As últimas décadas do século XX foram marcadas por profundas mudanças políticas, econômicas e sociais que levaram ao fim da ordem internacional bipolar, pautada sobretudo pelo conflito leste-oeste. Vivemos hoje um período de transição, ao qual Paulo Roberto de Almeida (2001), em *Relações Internacionais: dois séculos de história*, compara a um canteiro de obras, um divisor de águas entre a Guerra Fria e uma emergente nova ordem internacional, ainda sem contornos definidos. Seria este um mundo unipolar ou multipolar? E quais seriam as conseqüências destas transformações?

Com o fim do socialismo e a derrocada da União Soviética, em 1991, surgiram inúmeras teorias que trouxeram um novo olhar para as relações internacionais contemporâneas. Fukuyama, por exemplo, defende o fim da história, isto é, o fim dos embates ideológicos. Já Huntington propõe a existência do choque das civilizações. Considera que o fim das ideologias não significa o fim dos conflitos porque estes são civilizacionais. O mundo estaria dividido em sete civilizações (possivelmente oito) e o encontro de uma com a outra geraria fraturas. Para Saraiva (2001), a política internacional não mudou de natureza nos anos noventa porque houve a permanência do seu caráter anárquico, a hierarquia entre as potências, a prevalência de relações hegemônicas, as estruturas capitalistas de dominação e os conflitos de interesses. Mas o autor admite, no entanto, que mudanças na estrutura da organização internacional estão em curso e que essa transição vinha se preparando desde pelo menos 1985. Finalmente, há quem defenda, como o autor neo-realista Waltz, que sistemas bipolares são mais estáveis e que por isso proporcionam maior garantia de paz e segurança do que os multipolares.

Embora existam diferentes abordagens e análises a respeito da nova ordem internacional, é inegável que esta trouxe novos desafios e mudanças na forma dos países se relacionarem. A emergência de problemas globais como direitos humanos e meio ambiente, a fragmentação da unidade do Terceiro Mundo, a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC), as inovações tecnológicas e o processo de globalização – acelerado sobretudo nos anos 1980 - são alguns exemplos. Foi também nesse período que o mundo assistiu a criação do “Grupo dos 7” composto pelos Estados Unidos, França, Itália, Reino Unido, Japão, Alemanha e Canadá e a intensificação do processo de integração da União Européia, com o tratado de Maastricht, em 1992 .

E foi nesse contexto, em um cenário onde predominava a incerteza, que, em 1991, com o Tratado de Assunção, surgiu o Mercado Comum do Sul - o Mercosul. Além da integração comercial, com a unificação dos mercados da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai, o acordo foi também um instrumento político. Procurou afirmar, na época, as então recentes democracias brasileira e argentina. Além disso, a instituição cumpre o propósito de funcionar como uma plataforma para negociar com o resto do mundo e de buscar um espaço no novo cenário internacional.

Os anos noventa são considerados os anos dos blocos regionais. Os países se juntam por motivos econômicos, políticos, ideológicos, de segurança e de proteção contra a ameaça de potências mais avançadas. Juntamente ao processo de regionalização está a questão da globalização. Essa última atrapalha a regionalização ao intensificar a interdependência entre todas as nações e ao levantar questões globais como o meio ambiente. Mas ela também pode estimular o regionalismo. Assim, construir

instituições regionais, entre o Estado Nacional e o mundo, pode ser mais eficiente do que instituições globais. A regionalização constitui muitas vezes uma reação aos efeitos da globalização.

Desde sua criação, o Mercosul contou com avanços e retrocessos, cuja retrospectiva é importante para entender o atual estágio do processo de integração. Na primeira fase, de 1991 a 1994, houve a criação do bloco, o surgimento da união aduaneira e a adoção da Tarifa Externa Comum (TEC). A segunda fase, de 1995 a 1999, foi marcada, no começo, por uma maior interdependência e credibilidade do Mercosul, que incluiu a assinatura de um acordo quadro com a União Européia. O final dessa fase sinalizou o quadro de pré-crise, com a desvalorização do Real. De 1999 aos nossos dias, assiste-se ao aprofundamento das assimetrias, clima de desconfiança e acirramento dos conflitos comerciais.

Apesar das dificuldades, o governo Lula tem em mente que vivemos em um mundo cuja balança de poder não nos é favorável. Para contornar tal fato, é necessário aproximar-se de outros países por meio da integração ou por meio de alianças de geometria variável. Os países da América do Sul enfrentam problemas e obstáculos estruturais similares. Além disso, há uma cultura e identidade comum, o que facilita o processo de integração. Dentre os objetivos do bloco, constam a promoção de um regionalismo aberto, mecanismo de adaptação competitiva a economia global, ganhos de escala em termos econômicos, redução das incertezas decorrentes da interdependência e evitar o isolamento externo.

O Mercosul é tido pela diplomacia brasileira como uma plataforma de inserção do Brasil no mundo. Gelson Fonseca Júnior afirma que o Mercosul ressalta a legitimidade do Brasil. O bloco enfatiza a identidade do país,

baseada, entre outros elementos, na idéia de um país construtor de consensos, com pluralidade de interesses e valores. Ele também aproxima os países de forma sistêmica. Apesar de conflitos, até previsíveis entre os membros, a relação que um mantém com o outro é importante. É impossível ignorar o país vizinho. Com o Mercosul, o Brasil adquire também um peso maior no cenário internacional.

Tal característica é fundamental para se inserir no cenário internacional, em um momento em que surgem temas globais e em que o Brasil adota uma postura mais ativa para evitar que regras muito hostis ao país lhe sejam impostas. De fato, na década de noventa, o país, que mantinha uma postura de autonomia pela distância, passa a adotar uma postura de autonomia pela participação. Um exemplo é a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), sediada no Rio de Janeiro. Nela, ficou patente a luta dos países do sul pelo direito ao desenvolvimento.

Apesar do quadro desfavorável, advindo de dificuldades presentes ao longo dos 18 anos de existência do bloco, houve alguns avanços -ainda que insuficientes- no processo de integração. Em 2002, com o Protocolo de Olivos, foi criado o Tribunal Permanente de Revisão (TPR), que permite a elaboração de uma jurisprudência própria do bloco sul-americano. Em 2007, surgiu o Parlamento do Mercosul, que confere, apesar de contar com algumas dificuldades, mais institucionalidade ao bloco. Avanços ainda mais significativos foram realizados com a negociação de acordos extra-regionais nos últimos anos.

Em 2007, Mercosul e Israel assinaram um acordo de livre comércio (ALC), que aguarda ainda a aprovação do Congresso Nacional. É o primeiro

tratado de livre comércio com um parceiro extra-regional. Além de aprofundar torças comerciais, mostra o interesse do bloco em negociar acordos ambiciosos. Além dos acordos de complementação econômica (ACEs) com praticamente todos os países da América do Sul (com exceção das guianas e do Suriname), em 2005, o Mercosul firmou acordo de preferência comercial com a Índia. Há também um tratado de preferência comercial com a União Aduaneira Africana (SACU), que ainda aguarda aprovação do Congresso.

São inúmeros os artigos, livros e entrevistas que tratam e analisam o Mercosul. Ao digitar tal palavra no site de busca “google”, aparecem mais de dois milhões de textos relacionados a ela. Há, no entanto, pouquíssimos estudos sobre a relação entre o Brasil e Israel. O ALC é inovador pelas características apontadas no parágrafo acima. Ele afetará, quando implementado, a vida de muitos brasileiros e israelenses.

O acordo entre Israel e Mercosul será o objeto de estudo do presente trabalho. O objetivo é analisar - por meio de entrevistas, artigos e revisão bibliográfica - o tratado, os benefícios e as conseqüências que ele poderá trazer para os países envolvidos e para o bloco em si. Para tal fim, o primeiro capítulo versará sobre a criação, trajetória e situação atual do processo de integração do Mercosul. O segundo capítulo abordará as relações comerciais, políticas e culturais entre Brasil e Israel. Finalmente, o último capítulo tratará das potencialidades econômicas de Israel, do acordo de livre comércio em si, com suas vantagens e dificuldades e das relações dos países membros com Israel .

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar o Acordo de Livre Comércio (ACL) entre Mercosul e Israel, a partir da interação entre os governos dos Estados signatários. Privilegiou-se a revisão bibliográfica, assim como o recurso a entrevistas e leitura de artigos já publicados sobre o tema. Deu-se ênfase a uma análise bilateral, assumindo uma abordagem do Estado Nacional como ator monolítico e racional.

O ACL foi assinado em dezembro de 2007, embora as negociações tenham sido iniciadas ainda em 2005. É o primeiro tratado de livre comércio do Mercosul com um parceiro extra-regional. O texto prevê a liberalização dos produtos em até dez anos e inclui mais de 90% do comércio de ambos os países. Além de mostrar a credibilidade internacional do Mercosul, o acordo, que faz parte de uma estratégia para ampliar entendimentos com o Oriente Médio, aumentará as transações econômicas e diversificará a balança comercial. O Brasil é o principal importador do Mercosul para Israel e o maior exportador do bloco para aquele país. Em 2007, o intercâmbio comercial entre esses dois países chegou a mais de US\$ 1 bilhão. Um problema, que envolve questões fronteiriças do Estado da terra prometida, no entanto, ainda não foi solucionado: trata-se das regras de origem. A polêmica gira em torno, por exemplo, de itens que foram produzidos em territórios ocupados ilegalmente por Israel.

METODOLOGIA

Para estudar o tratado de livre-comércio entre Mercosul e Israel recorreu-se a discursos, proferidos pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na Cúpula de chefes de Estados do Mercosul de 2008 e pelo Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, na Conferência Internacional em Apoio à Economia Palestina para a Reconstrução de Gaza em 2009. Houve também análise de revisão bibliográfica, sobretudo de livros que tratam das relações Brasil-Israel e do Mercosul. Além disso, entrevistou-se o atual embaixador do Brasil em Israel, Pedro Motta, e o presidente da Câmara Brasil - Israel de Comércio e Indústria, Jayme Blay. Estudou-se também artigos de revistas e jornais.

1 MERCOSUL

1.1 Breve histórico

Não é difícil ver hoje um brasileiro com a camisa da seleção argentina, nem os hermanos comprando ovos de páscoa da Garoto. No litoral carioca, é comum escutar espanhol; e nas montanhas de Bariloche, português. Mas, apesar de vizinhos, as relações entre o Brasil e a Argentina nem sempre foram assim. Um dos grandes responsáveis por transformar a antiga rivalidade em cooperação crescente é o Mercosul, que, nas palavras de Luis Felipe de Seixas Corrêa , constitui uma das mais bem-sucedidas iniciativas diplomáticas da América do Sul. O processo de integração foi marcado por etapas de avanços e retrocessos, pautadas sobre tudo pela relação entre o Brasil e a Argentina.

A aproximação entre esses dois países teve início ainda no final dos anos 1970 e aprofundou-se ao longo da década de 1980. Em 1986, é assinado o Programa de Cooperação Econômica (PICE), considerado um marco na história de cooperação entre Brasil e Argentina. Em 1982, o Brasil apoiou à Argentina na Guerra das Malvinas. Nessa época, ambos saíam de regimes ditatoriais e procuravam fortalecer suas recém-instauradas democracias. Além disso, no contexto instável e incerto de fim de Guerra Fria e de derrocada do socialismo, os países buscavam liberalizar o comércio. Janina Onuki (2006, p.304) explica que a formação de blocos regionais nessa época representava uma tentativa de proteger os países das incertezas políticas e dava perspectivas de países com poderes menores garantirem uma maior participação e influência no novo sistema internacional. O processo de integração foi baseado no modelo de regionalismo aberto. A integração levaria a um processo de abertura econômica e permitiria, com a associação de outros países, criar novas

possibilidades de inserção internacional e capacidade de barganhas nas negociações em fóruns internacionais.

O processo de negociação que conduziu à construção do Mercosul baseou-se na disposição, no plano político dos governos do Brasil e da Argentina de darem início ao processo de aproximação e cooperação, com iniciativas políticas, econômicas e estratégicas. A integração não era um fim em si mesmo, mas uma forma de atingir objetivos consagrados no âmbito das respectivas políticas externas. Alcides Vaz (2002) escreve que o processo foi um exercício de negociação diplomática, conduzido em distintos níveis (presidencial, ministerial e executivo) e apoiado em ampla base de interação técnica. Tratou-se de um processo protagonizado fundamentalmente pelos governos, com envolvimento restrito do empresariado e da classe política.

Em 1991 é assinado pela Argentina, Paraguai, Uruguai e Brasil o Tratado de Assunção, que cria o Mercado Comum do Sul. Este derivou, segundo Onuki (2006, p.305), do crescimento do intercâmbio comercial e da convergência de políticas liberalizantes nos países da América Latina. Com o crescimento das trocas comerciais e o fortalecimento do bloco, Brasil e Argentina passam a incluir o Mercosul como prioridade na agenda de política externa. Nas negociações sobre a Área de Livre Comércio das Américas (Alca), Brasil e Argentina deram prioridade à participação por bloco ao invés da negociação bilateral com os Estados Unidos.

A multilateralização do processo de integração do Mercosul não era um desígnio original do Brasil e da Argentina. Produziu-se, inicialmente com a mudança de postura do Uruguai, que, até a Ata de Buenos Aires de 1990, manteve-se como observador e vinculava-se apenas parcialmente na

integração Brasil-Argentina por meio de alguns protocolos setoriais da época. Foi somente com a posse de Fernando Collor que o Brasil reviu sua posição e decidiu aceitar novos membros, desde que aceitassem os princípios, as formas, os prazos e os mecanismos já adotados bilateralmente. Para a Argentina, a incorporação de novos sócios representava a possibilidade de lidar melhor com a inclinação protecionista do Brasil e também diluía o peso relativo do Brasil. Este teria de se ajustar à presença de novos países, ampliando as chances de a Argentina conseguir melhores condições de barganha. A multilateralização foi uma resposta afirmativa do Brasil e da Argentina à oportunidade política de construir maior coesão no plano sub-regional. Ela permitiu o encaminhamento de soluções para problemas de cooperação entre quatro países-membros, mas não implicou a redistribuição de capacidade de influência de decisão no processo negociador, centrada no eixo Brasil-Argentina.

Alguns princípios norteiam o processo de integração do bloco. São eles: a democracia, como valor político fundamental do bloco; o gradualismo, como estabelecimento de objetivos comerciais definidos em prazos delimitados; a reciprocidade, como forma de garantir isonomia entre os países membros; e a flexibilidade, que na prática não foi completamente incorporada já que houve preservação da soberania de cada Estado em detrimento de instâncias supranacionais. A negociação, segundo Vaz (2002), foi integrativa. Isto é, orientou-se pelo respeito às aspirações do negociador e tende a manter e reforçar a relação entre os parceiros segundo princípios de solidariedade recíproca, confiança, reciprocidade e credibilidade mútua. Trata-se de uma negociação na qual é enfatizada a busca de opções construtivas e dinâmicas, ou ao que se denomina na teoria dos jogos de um jogo de soma positiva. Nessa última, todos os parceiros saem ganhando com a negociação.

Os dois governos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, de 1994 a 1998 e de 1998 a 2002, marcaram, respectivamente, o auge, com o Protocolo de Ouro Preto e o reconhecimento jurídico dessa instituição; e a crise do Mercosul, com a desvalorização do real em 1999. Em 1994, a eleição de Fernando Henrique Cardoso, vista de forma positiva pelos demais parceiros e a implementação do Plano Real com a estabilização da moeda brasileira permitiram aumentar a credibilidade do país no Mercosul. O Plano real propiciou maior convergência de políticas econômicas da Argentina e do Brasil, contribuindo para o fortalecimento da coesão e da atratividade do bloco ante terceiros países.

Nesse mesmo ano, é assinado o Protocolo de Ouro Preto, que cria a União Aduaneira e a Tarifa Externa Comum (TEC). O Protocolo também conferiu personalidade jurídica ao bloco. Um ano mais tarde a União Européia e o Brasil assinaram um acordo quadro de trocas comerciais. Embora não tenham surtido efeitos concretos posteriores e o acordo não ter sido, de fato, materializado, representou um importante passo para a evolução de processo de integração. Tratava-se do reconhecimento e da credibilidade internacional do bloco. Essa primeira metade da década de 1990 contou também com maior quantidade de investimentos externos nos países membros do Mercosul e com maior entusiasmo do empresariado regional, antes desacreditado. Assim, no espaço de menos de dez anos desde o Tratado de Assunção, formou-se, na América do Sul, um mecanismo de integração que promoveu, além de uma área de livre comércio e de uma união aduaneira imperfeitas, uma entidade dotada de personalidade jurídica.

Em 1999, a desvalorização cambial brasileira significou, apesar de não ser a única causa, um aprofundamento da crise do Mercosul porque ameaçou romper com sua lógica estruturadora e com a própria integridade

do bloco. Tal política econômica gerou desconfiança por parte dos demais membros e fez crescer a adoção de medidas de defesa unilaterais comerciais. No final da década havia também uma dificuldade de se avançar no aprofundamento das relações internas dos países. Mônica Hirst considera que a crise do Mercosul é formada de quatro fatores: crise de resultados, de compromissos, de expectativas políticas e da percepção do Brasil atuar cada vez mais de forma isolada em negociações internacionais. Para Felix Peña, os problemas decorrem da falta de efetividade, eficácia e transparência.

Seixas Corrêa (2000) explica que seria um grave erro, no entanto, fixar a imagem do Mercosul em torno das dificuldades enfrentadas recentemente. Ao longo dos anos, o processo passou por dificuldades naturais que, muitas vezes, são enfatizadas em detrimento do conjunto do longo caminho já percorrido. Segundo Corrêa, o compromisso político dos membros é a garantia mais importante de que a integração é uma realidade irreversível.

Em alguns casos, apesar das dificuldades pelas quais passa, o bloco pode ser uma ferramenta útil em tempos de crises mundiais. Em discurso proferido na Bahia, em 2008, na ocasião da XXXVI Cúpula de chefes de Estados do Mercosul, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva chamou a atenção para a importância do processo de integração diante da crise econômica e financeira internacional.

De janeiro a outubro de 2008, o fluxo de comércio entre o Brasil e seus sócios no Mercosul foi de US\$ 32 bilhões, e importou cerca de quatro vezes o valor de 2002. Na Aladi, os números são impressionantes. Este ano, as trocas intra-regionais poderão chegar a US\$ 140 bilhões, o triplo de cinco anos atrás. O

comércio de bens e serviços, assim como o desenvolvimento de nossa infra-estrutura física, depende de sólido apoio financeiro. Neste momento de forte restrição ao crédito, é preciso diversificar fontes de recursos e reduzir a dependência de divisas internacionais. É o que estamos fazendo ao lançar mecanismo de pagamento em moedas locais, começando com Argentina e Brasil. Ao eliminar a intermediação financeira, as empresas reduzem seus custos de transações. O Mercosul não realizará seu pleno potencial enquanto os produtos não puderem circular livremente. Continuaremos a trabalhar, sob a Presidência paraguaia, para a eliminação da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum.

Para isso, é fundamental estabelecer um mecanismo justo, confiável e, tanto quanto possível, automático de redistribuição da renda aduaneira. A eliminação da dupla cobrança da TEC é essencial para integrarmos cadeias produtivas e aprofundarmos acordos de associação com outros países e blocos. A atual crise financeira, com seus reflexos no comércio, sublinhou a importância de diversificarmos nossos mercados. Saudamos a ratificação do Acordo Mercosul-Índia e a assinatura do Acordo Mercosul-Sacu. O desenvolvimento do comércio Sul-Sul é fundamental para o nosso crescimento. (LULA DA SILVA, 2008)

1.2 As vantagens de uma integração regional

As explicações teóricas para a integração, pautadas sobre tudo pelas trajetórias de processos integracionais da década de 1950, baseiam-se em

dois elementos: os valores e as relações de poder. Alguns asseguram que o que sistemas políticos alcançam e preservam coesão com base em valores e visões comuns entre seus membros. Outros defendem que a integração é feita, muitas vezes com uso da força e da coerção. Nesse contexto, a integração seria vista como uma forma de promoção dos interesses de segurança do estado. A Comunidade Econômica Européia (CEE) seria, no contexto de Guerra Fria, uma maneira de enfrentar a ameaça da União Soviética e a hegemonia norte-americana.

Há quem distinga a integração como condição da integração como processo. No primeiro caso, insere-se a análise de Karl Deutsch (2002). Segundo esse autor, a motivação de integração entre estados é o temor de anarquia ou de guerra entre eles. Na comunidade integrada, a probabilidade de conflitos é reduzida. O teórico Haas (2002) define a integração como um processo de transferência gradual de lealdade, expectativas e atividades políticas a um novo centro de poder, que passa a ter jurisdição sobre os anteriores. A lealdade resultaria da satisfação com o atendimento, pelas agências governamentais, de expectativas e demandas de um conjunto diversificado de atores sociais.

As bases das teorias funcionalistas foram elaboradas no contexto da CEE e logo se viram limitadas. De fato, diferentemente do que postulavam os funcionalistas, o incremento da cooperação não se traduziu em avanço ou novas formas de integração política no âmbito internacional. O processo de integração européias na década de 1970 passou por dificuldades. Nessa década, surgem as teorias dos neofuncionalistas, que focam no fenômeno da interdependência do sistema internacional. A idéia de uma integração que levaria a instâncias supranacionais e que refletia uma abordagem mais eurocêntrica dá lugar à concepções que tentam retratar as novas formas de cooperação internacional, engendradas pelos estados e por atores não

estatais, que proliferavam e ascendiam no cenário internacional da época.

Joseph Nye Jr. e Robert Keohane (2002) criam a teoria da interdependência complexa em meados dos anos 1970. Partem das premissas seguintes: existem canais interestatais e transgovernamentais conectando sociedades, há uma multiplicidade de temas na agenda internacional sem um ordenamento hierárquico e um desuso da força militar entre as partes em que as situações que conformem uma relação de interdependência complexa. Os objetivos do Estado variam de acordo com o tema ou área de interesse. A diversidade de temas cria uma condição em que a cooperação se faz necessária e será empreendida segundo os recursos adequados a cada área. Trata-se de uma forma de interdependência política, mas não equivalente à integração política preconizada pelos funcionalistas das décadas de 1950 e 1960

Na década de 1980, houve a necessidade de introduzir fatores domésticos às análises sobre os processos de integração. Nessa ótica, Helen Milner (2002) analisa as preferências em relação à liberalização comercial e às políticas nacionais a respeito dela tomando em conta as diferenças entre empresas quanto ao grau de multinacionalização da produção e de dependência em relação às exportações. Tais diferenças entre empresas constituiriam a chave explicativa para a estruturação de diferentes coalizões políticas frente ao desafio da abertura comercial e da integração econômica. Rogowski (2002) sustenta que as divisões políticas no interior do Estado, ou entre eles, refletem os ganhos e as perdas de diferentes coalizões de setores que se estruturam em torno de fatores abundantes ou escassos de uma economia nacional, determinando, dessa forma, diferentes posicionamentos políticos em relação à abertura ao comércio internacional.

Nos anos 1990, as teorias de integração ganham novas contribuições. A cooperação entre Estados é vista como produto de um processo de negociação, no qual entram em jogo os objetivos perseguidos, os elementos que definem, os elementos que definem o poder de cada parte na negociação e na forma como as decisões são tomadas.

1.3 O Mercosul hoje

A década de 1990 trouxe importantes mudanças no cenário internacional. Com a democratização, a proliferação de atores internacionais, a globalização assimétrica e um cenário internacional desfavorável, o Brasil adotou uma postura diferente: da autonomia pela distância passou para a autonomia pela participação. A percepção é de que se tornou necessário fazer parte da elaboração das regras internacionais para torna-las menos hostis. O Mercosul se insere nesse contexto porque dá mais voz ao Brasil.

Há alguns anos, no entanto, o bloco passa por uma fase complicada. Celso Amorim, em uma palestra proferida em 2006, argumentou que as dificuldades são naturais a qualquer processo de integração. Quais seriam essas dificuldades que o bloco enfrenta? O que as teriam causado e o que seria necessário para solucioná-las?

Apesar de Lula ter afirmado, em seu discurso de posse, que a América do Sul era sua prioridade, em 2006, disse que o Mercosul tinha diante de si o desafio de reinventar-se e atender às expectativas de todos os

seus membros. Explicou que era necessário desenhar mecanismos que equacionem em definitivo as assimetrias, inclusive com o aporte de novos recursos.

Viola (2007) traça um panorama atual da América do Sul. Acredita ser uma região de alto potencial de integração por ter uma geografia continental, língua e cultura próximas. Há também baixa rivalidade interestatal, refletida na mínima quantidade de guerras e alto potencial energético. Mas, segundo ele, trata-se também de uma região em declínio, devido ao bloqueio das reformas pró-mercado na maioria dos países; à erosão do Estado de Direito; a degradação da qualidade de democracia; e a extensão da criminalidade de todo tipo. O Uruguai se mostra insatisfeito em relação ao Mercosul, já que sua participação não tem favorecido a sua expansão de comércio. Foi se acumulando uma decepção crescente com a Argentina, em função da crise das fábricas de celulose no Rio Uruguai, assim como com a liderança brasileira.

A Venezuela, estado em processo de adesão ao bloco, é caso de decadência política, com corrupção sistêmica baseada nas oligarquias partidárias e com populismo plebiscitário com Chávez desde 1999. Há também, uma decadência social, com dependência do Estado de vastos setores sociais. O país passou a se comportar no sistema internacional como um ativo questionador dos valores e interesses das democracias de mercado, em especial, dos Estados Unidos. A combinação de alto preço do petróleo com forte acumulação de poder pessoal tem dado a Chávez uma capacidade de intervir na política latino-americana e inclusive mundial.

O Paraguai é um país baseado no ilícito, no contrabando, no tráfico de drogas e armas e lavagem de dinheiro. É também fortemente dependente

da renda gerada pelos impostos de importação. A relação Brasil-Argentina, eixo principal sob o qual gravita o processo de integração, apesar de ter contornado a antiga grande rivalidade, ainda mantém muitos problemas. O Mercosul ficou gravemente abalado após a desvalorização do real em 1999. A queda de De la Rúa, em 2001, e o conseqüente déficit da dívida pública argentina representaram outro golpe ao processo de integração. O Mercosul não foi capaz de conter a crise. Há também divergências quanto a proposta de reforma do Conselho de Segurança da ONU.

Além desses dados factuais, o Mercosul apresenta problemas estruturais, como a grande assimetria existente entre seus principais membros. O Brasil representa 70% da economia total e é, portanto, segundo Viola, o líder natural do processo de integração. O problema é que o Brasil teria, nesse papel, que arcar com os custos de integração, o que não é possível devido aos seus constrangimentos fiscais gigantescos. Outra fragilidade é que a Argentina tem clara aceitação de jurisdição supranacional, e o Brasil adota posição contrária. Outro problema estaria na presença de regimes presidencialistas, cujos interesses domésticos se confundiriam com os interesses externos do país no longo prazo. Viola defende também o déficit de realismo de Lula, que teria super-dimensionado o poder do Brasil, percebendo-o numa suposta posição de liderança natural da América do Sul. A região, no primeiro governo Lula, teria ficado prensada entre duas correntes contrapostas: a lógica anti-capitalista e anti-democrática, do eixo Caracas-Habana-La Paz; e outra, de acordos bilaterais de livre comércio, já assinados com os Estados Unidos, por parte de Chile, Colômbia e Peru.

Tullo Vigevani (2008) aponta outras causas para a atual crise do Mercosul. Para ele, muito mais que problemas pontuais como desvalorização do moeda, é a grande valorização de princípios como o do

universalismo e o de soberania que acaba afetando o aprofundamento da integração. Há razões objetivas para explicar as dificuldades havidas ao longo de vinte anos. Uma refere-se ao desafio de integrar países em desenvolvimento, com significativas assimetrias, com baixo grau de interdependência e com tradição de instabilidade macroeconômica. O argumento diplomático e dos governos, nas administrações Alfonsín, Sarney, Collor de Mello, Menem, Itamar Franco e Cardoso, foi que a baixa institucionalização e o caráter intergovernamental do processo seriam fatores que garantiriam avanços rápidos, prescindindo de burocracias pesadas. A falta de institucionalização seria um dos grandes problemas do Mercosul hoje:

O interesse pela integração não cresceu a ponto de criar uma dinâmica própria, como sugere a análise neofuncionalista. Não foi gerado impacto significativo na sociedade. A dinâmica do bloco não levou ao início de um efetivo processo de institucionalização, ainda que haja iniciativas embrionárias e parciais, como o Tribunal Permanente de Revisão, com sede em Assunção, instalado em agosto de 2004. A lógica intergovernamental, associada a um papel importante dos governos e das presidências, viabilizou que fosse mantido um determinado equilíbrio, que acaba por garantir níveis de integração de baixa intensidade (VIGEVANI, 2008)

O autor explica que grande parte da sociedade brasileira também tem pouco interesse no aprofundamento do processo de integração. Foi o que Vigevani constatou em 2004, em um encontro que reuniu empresários de diversos segmentos e entidades como FIESP, Abicalçados (Associação Brasileira dos Fabricantes de Calçados), Eletros (Associação Nacional dos Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos) e AEB (Associação Brasileira de

Comércio Exterior). Tais setores defenderam na ocasião um passo para trás, um Mercosul que fosse apenas uma área de livre comércio.

As análises que resultam das preocupações empresariais confirmam essa tendência à redução do significado da integração para o Brasil. Nota-se nelas interesse em reduzir o papel que o Mercosul tem para a política exterior e como referência para parte da estratégia econômica e comercial internacional. Os valores da autonomia e do universalismo sobressaem. (...) No caso do Mercosul, a posição do governo, visando uma continuidade de baixa intensidade, parece atender a média das expectativas e das necessidades das elites brasileiras, dentro e fora do Estado (VIGEVANI, 2008)

2 RELAÇÕES BRASIL-ISRAEL

2.1 A criação do estado de Israel e a relação deste país com o Brasil

Há mais de 60 anos, em 1948, era declarada a independência de Israel. A ONU, cuja presidência da segunda sessão ordinária da Assembléia Geral estava a cargo de um brasileiro - Oswaldo Aranha -, teve papel decisivo para que tal fato ocorresse. O voto favorável do Brasil para a criação desse Estado está ainda registrado e exposto no kibutz de brasileiros Bror Chail, na região de Shaar Hanegev, no sul do país. O gesto é lembrado até hoje como símbolo de amizade e de bom relacionamento entre os dois países.

In 1947, the Presidency of the United Nations General Assembly was occupied by the former Brazilian Minister of Foreign Relations, Oswaldo Aranha. A skillful politician and diplomat, he played a crucial role in ensuring the approval of Resolution 181, which called for the partition of the British-ruled Palestine Mandate into a Jewish state and an Arab state. In downtown Tel Aviv, a street honors his name. It should be remembered that out of the thirty-three votes in favor of Resolution 181, thirteen came from Latin America. In the southern part of Israel, Bror Hail, also known as the Kibbutz of the Brazilians, preserves, in a small museum, the hammer used by Aranha, as well as the official record of the votes, which led to the approval of that historic Resolution. Brazil was also among the first countries to recognize the State of Israel in 1949, the same year that Israel became a member of the United Nations. In 1952, Brazil established its Legacy in Tel Aviv, which was upgraded to Embassy in 1958, the same year that Israel opened its Embassy in Brazil. (MOREIRA LIMA, 2006 p.100)

A Resolução nº181 estabelecia os lugares santos que deveriam ser protegidos, o estatuto internacional de Jerusalém e o Plano de Partilha da ONU. Durante sua votação, em 1947, houve empate entre aqueles que estavam a favor e contra. Foi o voto de Oswaldo Aranha que permitiu a decisão final. A aprovação da Resolução deveu-se muito mais a ação individual de Aranha que aos esforços do delegados da missão brasileira. O Ministro das Relações Exteriores de 1979 a 1985, Ramiro Saraiva Guerreiro explicou que o Brasil teria preferido a formação de um único Estado, leigo e liberal, em que convivessem árabes e judeus em paz. Como as comunidades não se entendiam foi forçoso admitir a divisão do território.

O apoio da ONU foi essencial para que Israel fosse reconhecido internacionalmente e tivesse suas políticas interna e externa legitimadas. A posição brasileira, com Oswaldo Aranha, americanófilo assumido, seguia a dos Estados Unidos. O governo Vargas, no entanto, adotava uma política externa de equidistância pragmática. Isto é, aproximava-se alternadamente aos centros emergentes de então (Alemanha e Estados Unidos) para obter ganhos e vantagens. O Brasil ainda participou da missão de paz UNEF em 1956, durante a crise do canal de Suez.

Amado Cervo (2000, p.11) relata que o Brasil vinculou-se a Israel ao longo do tempo de duas formas: pelo envolvimento político e diplomático, com o empenho de Oswaldo Aranha para a criação de Israel; e pela etnicidade e cultura, com os judeus ocupando largo espaço na base da sociedade brasileira.

Desde a independência de Israel, o relacionamento entre Brasil e aquele país pode ser dividido em dois grandes períodos. O primeiro, de 1947 a 1973, foi marcado pela equidistância, pelas modestas relações comerciais

e pela presença de comunidades judias e árabes no país. A partir da década de 1970, com os dois choques de petróleo, o governo brasileiro toma uma posição pró-árabe e chega a condenar o sionismo como forma de racismo. A postura era de maior realismo, pragmatismo e nacionalismo.

Antônio Carlos Lessa (2000, p.150) explica que se tratou, sobretudo nessa última fase, de uma política de relacionamentos excludentes. O Brasil reviu suas relações com países como África do Sul, Portugal colonialista, Israel e China nacionalista, tendo em vista os impedimentos que impunham a dinamização com outras nações, como os países árabes, o resto da África e a Republica Popular da China.

A formulação da política externa, que serve ao interesse nacional, deve medir os meios disponíveis, calcular os riscos envolvidos, vislumbrar as margens de manobra existentes para sua instauração e considerar as forças internas e externas que possam ser utilizadas nas etapas de implementação da política dali resultante. O interesse nacional, segundo Lessa,(2000) é um jogo de equilíbrio entre interesses de segmentos sociais diferentes, harmonizado em um pensamento que procede o homem de Estado. Os brasileiros, desde 1930, manifestam que o que guia o interesse nacional internacionalmente é a busca de elementos que permitam o desenvolvimento econômico e social do país. O autor destaca quatro objetivos principais: a concertação internacional nos fóruns, para a construção de regras que ajudassem a cumprir o objetivo de desenvolvimento; a diversificação dos contatos internacionais; a integração eficaz nos fluxos econômicos internacionais; a construção da presença internacional própria e crescentemente desvinculada dos constrangimentos ideológicos do momento.

A realização desses objetivos se deu de forma irregular, com avanços e recuos. Os temas econômicos ganharam cada vez mais importância. A construção do universalismo deu-se com uma presença crescente da política externa em espaços geográficos. Tal fato permitiu o alargamento de mercados consumidores, apoio político em fóruns multilaterais e aumento de fontes alternativas de energia, tecnologia e capital. Nessa lógica, insere-se a abertura do Brasil para o Extremo Oriente, África, América Latina. O caráter crescente de pragmatismo da política externa tornou possível a compatibilização da universalidade com a capacidade de articulação concreta, para tornar operacional as relações bilaterais. Lessa explica, no entanto, que muito cedo agregou-se seletividade a esse caráter universal da política externa. Havia relações prioritárias com determinados países e regiões, aos quais se atribuía uma atenção diplomática especial. Em troca, esperava-se insumos para o projeto de desenvolvimento.

Lessa(2000, p.158) considera o ano de 1967 como o início da retomada das tendências gerais da política externa do Brasil acima descritas. A economia se recuperava e o regime político se estabilizava. Ressurgiam as velhas aspirações de poder e prestígio internacional. Aspectos econômicos e da política exterior passaram a relacionar-se com o binômio segurança-desenvolvimento. Os novos objetivos diziam respeito à diminuição de dependência externa e à maximização dos meios para o desenvolvimento econômico. Para realizar o projeto “Brasil Potência”, era necessário estimular o crescimento do PIB e adotar posturas diplomáticas flexíveis. Essas recusariam alinhamentos automáticos, seguiriam o pragmatismo e ecumenismo.

Em 1973, a economia brasileira, que estava em seu auge - na época do milagre econômico-, encontrou uma barreira: o primeiro choque do petróleo. Após a Guerra de Yom Kippur, os países árabes, reunidos na

Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) elevaram o preço do combustível. A balança comercial brasileira tornou-se deficitária e o déficit em conta corrente quadruplicou. Os principais mercados mundiais também entraram em recessão. A crise teve impacto também na política exterior do Brasil. Novos objetivos se impunham: expandir mercados de exportação; dinamizar a atração de investimentos externos diretos; evitar compromissos que viessem a limitar a autonomia decisória interna fazer recuar ainda mais a já estreita margem de manobra, assim como também evitar os compromissos que envolvessem o País em situações difíceis, em que seu interesse não estivesse claramente definido; e ampliar o escopo geográfico da política externa, tocando áreas até então muito mal margeadas pela diplomacia e pela expansão comercial.

Em 1974, o general Ernesto Geisel toma posse. A busca de novas fontes de energia e de mercados constituía uma das principais preocupações de seu governo. Lessa explica que era necessário rever os relacionamentos excludentes, ou seja, o conjunto de relações bilaterais e apoios políticos que impediam o Brasil de obter acesso a mercados e insumos. Tais relações diziam respeito a Israel, China Nacionalista, África do Sul e Portugal, que poderiam causar constrangimento com os outros Estados árabes, com China continental, e com o resto do continente africano. Esse processo de revisão deu-se no governo Geisel, a começar pela República Popular da China, com quem o Brasil voltou a ter relações diplomáticas em 1975. Tal fato implicou no imediato rompimento com Taiwan. Em relação à África, no governo Médici, o Brasil começa a rever o tradicional apoio a política colonialista portuguesa. Com a Revolução dos Cravos em 1975, o país passou a ser livre para implementar uma política de cooperação e afirmação na África. Em 1974, o governo brasileiro condenou o regime segregacionista sul-africano, o que o aproximaria do resto do continente.

Em relação ao Oriente Médio, os esforços foram tardios e apressados. Ocorrem sobretudo devido a crise do petróleo. Tal fato fez com que o Brasil mudasse sua posição de equidistância para a região. O ministro Gibson Barboza, demonstrou simpatia pela causa dos refugiados palestinos, após os países árabes terem indicado que esse apoio seria necessário para o Brasil continuar recebendo petróleo. Com o temor do embargo, o governo brasileiro gradualmente reconheceu a legitimidade do povo palestina e o direito a autodeterminação dos povos.

Com o governo Geisel, houve a afirmação da tendência pró-árabe. Evoluiu-se de uma posição principista e de sustentação a Israel para uma condenação a política expansionista desse país. Um dos principais exemplos dessa mudança foi o voto favorável à Resolução da ONU que considerava o sionismo uma forma de racismo e de discriminação. Tal ato perturbou a alta hierarquia militar, foi criticado no âmbito doméstico e não contou com a influência das comunidades árabes e judaicas. Segundo Lessa, o voto anti-sionista na ONU é símbolo de um importante processo na construção do universalismo brasileiro, já que considerava-se que as boas posições internacionais do Brasil deveriam estar estritamente ligadas com as orientações dos Estados Unidos.

A partir de então, o governo brasileiro reconheceu a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) como legítima representante do povo palestino e concedeu autorização para o funcionamento de um escritório da organização em Brasília, em 1979. O país também condenou veementemente a política de força de Israel em seus ataques ao Iraque e ao Líbano na década de 1980. As relações com os países árabes expandiram-se e a agenda de cooperação com Tel Aviv sofreu desalento. Várias

embaixadas, da Arábia Saudita a Omã, foram abertas nos Estados árabes. Em termos de fluxos comerciais, o resultado foi insuficiente e deficitário para o Brasil, dado a quantidade de petróleo importado.

Na década de 1980, o modelo econômico adotado anteriormente no Brasil se esgotou. As funções de suprimento da política externa foram prejudicados pela reversão das expectativas internacionais relativas às potencialidades do Brasil. Nessa época, assistiu-se à deterioração da estrutura da ordem internacional, à crise do multilateralismo, ao avanço do neoprotecionismo nos países e ao aprofundamento do hiato econômico que separava norte e sul. Diante desse cenário de crise, a diplomacia brasileira denuncia as injustiças econômicas e a inoperância do multilateralismo e das organizações internacionais. A eficácia da política externa dos anos 1970, pautada pelo projeto de inserção internacional autonomista do Brasil, ficou comprometida. Foi necessário rever o acervo dos contatos bilaterais e ter crescente interação e participação nos processos de regionalização.

A globalização impôs um redimensionamento, nos anos 1990, da prática autonomista e levou a uma postura ainda maior, por parte da diplomacia brasileira, de buscar oportunidades concretas de projeção dos interesses econômicos, cuidando da criação de espaços que facilitem a capacitação dos agentes nacionais para a competição global, como o Mercosul.

Ao fazer uma recapitulação desses mais de 50 anos de relacionamento com Israel, Amado Cervo (2000, p.11) reconhece que a diplomacia teve, por escopo, promover o entendimento entre os povos do Oriente Médio. Segundo esse autor, a contribuição brasileira para a paz na região foi modesta em termos operacionais, mas importantes em termos

políticos. Houve apoio ao espaço físico e ao arcabouço político, fundamental para a sobrevivência de comunidades locais, sejam elas apátridas ou de Estados como Egito, Síria, Líbano e Israel. Ocorreu também a contenção da conquista territorial pela força tanto por parte árabe, quanto por parte israelense.

Em janeiro de 2009, o ministro Celso Amorim viajou até Israel, no âmbito da recente crise entre Israel e o Hamas, com o intuito de criar consensos e colaborar para a paz na região. Na ocasião, o Brasil colaborou com a ajuda humanitária ao enviar 14 toneladas de alimentos e remédios. O discurso do ministro Celso Amorim, na Conferência Internacional em Apoio à Economia Palestina para a Reconstrução de Gaza, em Sharm el-Sheikh, Egito, mostra tal tendência:

Exortamos o novo Governo de Israel a engajar-se inteiramente no processo de paz. Devem ser imediatamente interrompidos os graves obstáculos à solução da coexistência dos dois Estados, de que são exemplos a expansão dos assentamentos por Israel e o freqüente uso da força. Mais do que nunca, a persuasão por parte da comunidade internacional é um ingrediente essencial para atingir a paz. O Brasil acredita que todos os atores relevantes na região que estejam preparados para agir de forma construtiva devem ter uma chance de participar do processo. Incorporar às discussões países em desenvolvimento de fora da região também daria mais legitimidade e traria novas idéias às conversações de paz. O Brasil encoraja a convocação de uma conferência em seguimento à reunião de Annapolis. (AMORIM, 2009)

O atual embaixador brasileiro em Israel, em entrevista concedida ao jornal Estado de Minas, em 2009, disse:

O Brasil sempre manteve posições equilibradas a respeito do conflito entre Israel e países árabes no Oriente Médio. O país presidiu a famosa sessão da Assembleia Geral da ONU sobre a "partilha" da Palestina, em 1947, tendo exercido grande influência sobre sua aprovação; e foi dos primeiros Estados a reconhecer Israel. Desde então, seguimos tendo posições equilibradas, mas com uma decidida disposição, marcante a partir do governo Lula, de contribuirmos para uma solução pacífica do conflito, de acordo com nossos princípios básicos de política externa e nossos valores nacionais.

Temos no Brasil uma grande comunidade de origem árabe, que convive em harmonia exemplar com a importante comunidade judaica brasileira. Esta é a nossa principal mensagem para a região: o convívio pacífico. Temos interesse em estreitar relações com os países árabes e por isso o presidente Lula liderou a criação do processo de cúpulas América do Sul-Países Árabes; paralelamente, o Mercosul firmou o seu primeiro tratado de livre comércio fora da América do Sul justamente com Israel. (MOTTA, 2009)

O embaixador brasileiro Sérgio Moreira Lima, serviu em Israel de 2003 a 2006. Em conclusão sobre palestra entre as relações bilaterais Brasil- Israel, publicada no livre "A time for change", disse:

Brazil is historically committed to Israel and the Brazilian Government would like to see our relationship expanded and strengthened. Confidence building measures as part of a peace process will add to the prospects for a significant upgrade in Brazil Israel relations. This is the wish of the Brazilian government and the Brazilian people. Being the largest Catholic country in the world, Brazilians would like to visit and celebrate peace in the Holy Places. Tourism would increase substantially. Trade promotion initiatives would enhance the exchange of goods and services between the two countries. In the cultural area, there is an

appreciation for Brazil's cultural products. Prospects for new and further cooperation in high technology, aerospace, biotechnology, pharmaceuticals and agriculture of semi-arid regions are encouraging. Peace prospects would contribute to ensure Israel's more outstanding place in the world as well as within Brazil's foreign policy. (MOREIRA LIMA,2006, P. 104-105)

2.2 Brasileiros em Israel

O que o Brasil e Israel, países tão diferentes, separados geograficamente por milhares de quilômetros têm em comum? Quem são os brasileiros que moram nessa terra distante e como vivem nesse local? Como os israelenses percebem a cultura brasileira? A região, palco de vários milagres bíblicos, guarda semelhanças com o Brasil e os israelenses.

As palavras hebraicas estampadas nos cartazes são indecifráveis. Nem de longe lembram a língua portuguesa. Nas praias de Tel Aviv e arredores, assim como no Brasil, as mulheres usam biquínis, mas é comum também cruzar com famílias inteiras vestidas dos pés à cabeça. O tradicional pãozinho francês brasileiro com manteiga é logo substituído por outros macios, quentes e crocantes, acompanhados, é claro, de pastas, como a famosa tehina.

Mas as diferenças culturais, a dificuldade do idioma e a distância que separa o Brasil de Israel não impediram que pelo menos 10 mil brasileiros, segundo dados do Ministério das Relações Exteriores de 2006, escolhessem o país da terra prometida como novo lar. E, em muitos aspectos, os dois países não diferem tanto assim.

Em Israel, os termômetros facilmente ultrapassam a casa dos 30

graus no verão. O bafo quente ao sair na rua é insuportável para alguns, mas motivo de alegria para muita gente. A explicação? Praias – de água límpida e morna- que logo lotam. Mas uma, em especial, tem um agito extra que em alguns momentos registrou até brigas.

Toda sexta-feira à tarde, lá pelas 18h, a principal praia de Tel Aviv ganha um público específico e fiel: os adeptos à música brasileira. “O sambão” em frente ao prédio da antiga ópera, como é conhecido no meio dos artistas e fãs, é um espaço dedicado a tocar música brasileira, de MPB à forró, passando, é claro, pelo samba. O público senta em cadeiras de plástico, come petiscos, aprecia o pôr-do-sol da areia da praia e, aquele que animar, ainda samba em frente aos artistas.

O DJ israelense Uri Binsted conta que a festa do sambão continua no porto da cidade a partir da meia noite e que não tem hora para terminar. Com português fluente, após morar nove anos na Bahia, Binstend se diz apaixonado pelo Brasil. “No porto fazem um carnaval para cerca de 1,5 mil pessoas. Todo mundo samba. Eu gosto de tudo no Brasil, da música, comida, energia e alegria das pessoas”, revela o DJ. A agente de turismo israelense, Einat Vulken, sentada na primeira fila, costuma comparecer toda semana ao “sambão” e lamenta nunca ter ido ao Brasil. “Venho aqui por causa do ritmo, da música, da dança. A música brasileira me deixa muito feliz”, comenta.

Mas não é apenas o ritmo brasileiro que ganhou espaço em terras estrangeiras. A capoeira é um dos esportes mais praticados em Israel e o Brasil ainda exporta vários produtos para lá, como carnes e soja, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio em 2007.

Além de relações comerciais, os brasileiros também fizeram parte da história de Israel. Os kibutz, espalhados pelo país e construídos principalmente nas décadas de quarenta, cinqüenta e sessenta, eram comunidades em que membros contribuíam financeiramente com aquilo que podiam e recebiam de acordo com suas necessidades.

Dentre eles, existe o dos brasileiros, o kibutz Bror Chail, na região de Shaar Hanegev no sul do país, que completou 60 anos em abril de 2008. “Na época da copa do mundo juntamos todos e fazemos aquela festa”, conta a brasileira e doceira Betty Raz, que mora há 40 anos em Israel e há 20 na comunidade dos brasileiros. A gaúcha e artista Maly Melon também é moradora do kibutz, há 24 anos. “Cheguei com 19 anos, vim com o meu marido movida por um ideal. Adoro morar aqui. Não deixo esse lugar por nada”, relata. Atualmente, moram cerca de 650 pessoas. Dos 179 membros, mais da metade é brasileira.

Em 2001, assim como ocorreu ao longo dos últimos anos com muitos kibutz, Bror Chail foi privatizado. Apesar de regras mais brandas, o espírito de solidariedade é mantido. “Houve uma época em que saí da comunidade porque queria estudar gastronomia e isso não foi bem recebido aqui. Antes a gente tinha que trabalhar onde precisavam de nós. Hoje isso mudou, faço o que gosto aqui”, explica a doceira Betty.

Graças a ela, coxinhas de frango, quindins e até brigadeiros não faltam em Bror Chail.

E, na falta desses quitutes, os outros cerca de 10 mil brasileiros que trocaram o país tropical pelo o da terra prometida logo se adaptam a outras comidas típicas e aprendem a trocar o “oi” pelo “shalom”.

2.3 Judeus no Brasil

Muitos brasileiros respondem pelo sobrenome de “Coelho”, “Araújo”, “Oliveira” e etc. Em comum, têm a descendência judaica. O rabino Levi, fundador da Federação Internacional de judeus messiânicos (FIJM), com sede nos Estados Unidos, confirmou que tais nomes se encontram no índice de nomes contidos no site da fundação e que são típicos de cristãos-novos. O rabino explica, no texto de Sônia Bloomfield (2000), que a inquisição forçou muitos judeus a se tornarem cristãos e que as pessoas descendentes deles são judeus porque não se tornaram cristão por vontade própria.

De acordo Bloomfield(2000), os territórios das diásporas tentam reproduzir a região de Israel por meio de suas comunidades locais, isto é, pessoas que têm o mesmo interesse e vivem juntas dentro de uma sociedade maior. Na comunidade judaica, templos bíblicos são reproduzidos de forma simbólica. No Brasil, israelenses estão representados na Confederação Israelita Brasileira (CONIB) e, em Brasília, na Associação Cultural Israelita de Brasília (ACIB). A capital conta com cerca de 180 famílias judias, muitas das quais formadas por casamentos mistos. A ACIB é a única representante oficial, reconhecida pela CONIB, da comunidade israelita na capital do país. A associação foi criada pouco depois da construção de Brasília, em 1964, por um pequeno grupo de judeus. No início funcionava mais como um centro cultural comunitário dos judeus e membros das famílias de casamentos mistos. Ao longo dos anos, pessoas não judias passaram a fazer parte da instituição.

Em 1998, ocorreu uma enorme confusão quando a FIJM inaugurou uma sinagoga em Brasília, com o nome de “Beit Israel”. Tal fato provocou fortes reações por parte da comunidade judaica. O embaixador de Israel no Brasil da época, negou que essa instituição tivesse qualquer vínculo com o

Estado de Israel, como era alegado no convite de inauguração. A sinagoga, na realidade, parecia com um templo de alguma religião cristã e não era efetivamente judaica.

Ao longo das décadas de 1980 e 1990, proliferaram no Brasil, movimentos evangélicos e pentecostais, cuja religião tem estreita relação com o Velho Testamento. Tais grupos têm, dessa forma, sentimento positivo pelo Estado de Israel e pelo seu povo, embora muitos queiram converter os judeus a fim de prepará-los para a Segunda Vinda de Cristo ao Mundo. Foi isso que o grupo de judeus messiânicos revelou ao escrever Sinagoga de Brasília em hebraico, termo refutado pelo embaixador israelense. O ato marcou também clara distinção entre o Estado da terra prometida e a nacionalidade. Assim, é possível ter cidadania israelense, mas em nacionalidade judaica, cristã ou islâmica.

Para Bloomfield (2000,p.227), o processo de mudança de identidade étnica é um subprocesso do individualismo e o criador da modernidade. Por causa da tradição, a pessoa se sente reticente de se separar de sua comunidade e escolher uma nova identidade, Ao mesmo tempo, com a modernidade, o indivíduo pode escolher sua identidade em muitos níveis, entre eles, a identidade étnica. A consciência étnica é uma característica da modernidade, já que constitui uma escolha individual, uma criação própria, algo inimaginável em outros tempos. Somente na era pós-moderna é possível escolher a identidade que se quer assumir. No caso do judaísmo, a comunidade exerce papel importante, já que o indivíduo não pode cumprir as obrigações religiosas fora das estruturas comunitárias.

3 O TRATADO DE LIVRE COMÉRCIO ENTRE MERCOSUL E ISRAEL

3.1 Israel: potencialidades

Israel é um pequeno país, com recursos naturais limitados. Apesar dessas características, o país se destaca como uma das economias mais competitivas do mundo. Em 2007, ficou em 17º lugar entre 131 países no Ranking de Competitividade Global do Fórum Mundial e em 18º no Relatório Global de tecnologia da Informação da mesma instituição. Em 2008, Israel comemorou 60 anos de existência. Nesse período, a população cresceu 10 vezes, o PIB per capita, 6 e o PIB, 60, chegando a mais de 140 bilhões em 2007.

A economia israelense transformou-se estruturalmente na última década em consequência da redução do papel do Estado, do desenvolvimento do setor de serviços e de indústria de alta tecnologia, biotecnologia e fármacos. Tais segmentos foram impulsionados pela inovação, abertura ao exterior mão de obra especializada. O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso destacou esse último aspecto, após visitar o país em 2007. Segundo ele, a produtividade e o nível de atividade nas universidades israelenses as colocam em destaque em relação às internacionais. Cardoso enfatizou também que o número de prêmios nobels é impressionante, tendo em conta o tamanho do país. O avanço nesses setores, no entanto, não compensa o declínio de indústrias tradicionais, provocado pela competição com produtos importados.

A economia israelense tem como base o comércio internacional e o parque tecnológico. Com uma população de mais de 6 milhões de

habitantes, o crescimento do país depende das exportações e de suas companhias no mercado externo. Israel classifica-se, em termos mundiais, em primeiro lugar, na relação investimento em pesquisa e desenvolvimento versus PIB, em segundo lugar, na qualidade de educação e em terceiro, em termos de capacidade de empreendimento. Tendo em vista o tamanho de sua economia e o avanço tecnológico, as empresas israelenses aumentam sua presença no exterior. O país conta com 119 firmas instaladas ou com representação no Brasil, conforme o Anuário da Câmara de Comércio Brasil-Israel de 2005.

Como consequência desse desenvolvimento, a indústria migrou para produção de bens e serviços de alta tecnologia, com alto valor agregado e uso de mão de obra especializado. Tal processo ocorreu paralelamente à abertura de mercado, ao declínio geral de produção de manufaturados e redução ainda maior da produção agrícola. Essa última constitui uma das áreas mais débeis e, portanto, protegidas da economia israelense. Nela, além dos subsídios, incidem barreiras tarifárias e não tarifárias. Tradicionalmente, a maior exportação brasileira para a região é de carne bovina congelada e grãos de soja. Do Brasil, chegam também suco de laranja, café não torrado, leite integral em pó, trigo e óleos de soja.

Os produtos manufaturados representam cerca de 80% das importações israelenses. São eles: maquinarias, equipamentos de transporte, sapatos, têxteis, móveis, papel e eletro-eletrônicos e combustíveis, ainda que de forma mais lenta devido ao alto preço internacional. A maior parte desses tipos de produtos entra em Israel por meio de acordos que concedem preferências comerciais e, sobretudo, isenções tarifárias. Do Brasil, vieram tubos de cobre, terminais portáteis de telefonia celular e artefatos de joalheria, entre outros. Com a eliminação de tarifas, o Brasil poderia aumentar o volume e diversificar a pauta de

exportações para Israel. Dentre os produtos com maior potencial exportador, figuram aqueles ligados à indústria automobilística, ao setor têxtil, aos medicamentos, às preparações alimentícias, refrigerantes como o Guaraná e bebidas alcoólicas como a cachaça.

O contexto geopolítico em que Israel se encontra dificulta o comércio entre ele e os vizinhos árabes. Os principais parceiros econômicos do país são a União Européia e os Estados Unidos. A maior parte do comércio é realizada por meio de acordos preferenciais (Romênia e Bulgária) ou de livre-comércio (México, Canadá, União Européia, Turquia e Estados Unidos). No âmbito regional, Israel firmou parcerias com Jordânia e Egito, sob a égide do acordo com os Estados Unidos.

Israel participa ativamente do comércio internacional. É membro da OMC desde 1995 e defende posições de redução de tarifas sobre produtos não agrícolas e maior liberalização no setor de serviços. No tocante à agricultura, defende que preocupações de natureza não-comercial devem figurar em qualquer futuro acordo. Os acordos preferências ou de livre-comércio se aplicam, sobretudo, aos setores industriais e de serviços. Em relação aos investimentos, Israel mantém regime liberal. A maioria de suas atividades econômicas encontra-se aberta aos investimentos estrangeiros. O governo encoraja investimentos externos e oferece incentivo e isenções tributárias, além do apoio na pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Não há restrições ao investimento interno tanto direto quanto em portfólio às remessas de lucros. Existe, no entanto, limitações de investimentos externos nos setores postais e telegráficos, telefonia fixa internacional e turismo. A maior empresa brasileira em Israel é a H. Stern.

O setor de serviços de Israel ganha importância crescente e chegou a

responder a 77% do PIB em 2004 e por 76% da mão-de-obra ocupada. A companhia aérea EL Al, foi privatizada e os serviços de telecomunicações estão sendo liberalizados, com uma redução gradual da participação do Estado. O serviço financeiro continua sob domínio, no entanto, de poucos bancos.

Apesar de contar com dificuldades, recursos naturais limitados, áreas desertas e acesso restrito a água, Israel mantém certo nível de produção agrícola. Utiliza, para isso, avançada tecnologia. Tal fato, não impede o alto custo do setor, ainda amplamente subsidiado em commodities como laticínios, frutas e vegetais. As atividades de mineração também são marginais. As fontes principais de energia são os combustíveis fósseis, gás natural e energia solar.

A importante participação de Israel no comércio multilateral e bilateral resultou em um mercado aberto a produtos não agrícolas e a alguns produtos agrícolas não protegidos. O maior parceiro de Israel dentro do Mercosul é o Brasil, para onde vão cerca de 80% das exportações israelense para o bloco. O Brasil é também o principal parceiro de Israel da América do Sul. Um dos problemas que oneram as trocas comerciais entre os dois países é o alto custo do transporte, tanto marítimo quanto aéreo. O Brasil tem relação comercial deficitária em relação a Israel, segundo dados de 2005, por causa dos produtos químicos que importa para usar como fertilizantes.

Segundo avaliação do Ministério da Indústria, Comércio e Emprego de Israel, um acordo de livre comércio entre os dois países trará economia de US\$ 12 milhões por ano aos exportadores israelenses e de US\$ 3 bilhões aos brasileiros. O governo israelense preocupa-se com a hipótese do acordo

de livre comércio entre Mercosul e União Européia ser concluído. Tal fato levaria à competição entre produtos israelenses e europeus.

Em boa medida, as economias brasileira e israelense se complementam. O acordo deverá ampliar a presença industrial e tecnológica das empresas israelenses no Brasil. Com o Brasil, Israel obtém, por sua vez, vantagens de economia de escala e de exportação para outros destinos na América Latina.

3.2 O acordo de livre comércio entre Mercosul e Israel

Em dezembro de 2007, Brasil e Israel firmaram um acordo de livre-comércio (ALC). O processo de negociações teve início em 2005, quando Eduh Olmert, então vice-primeiro-ministro e ministro da Indústria, do Comércio e do Trabalho visitou o Brasil e pediu conversações sobre o tema. Tal acordo é o primeiro do Mercosul com um parceiro extra-regional. Além de promover oportunidades de comércio e credibilidade internacional do bloco, mostra o interesse do Mercosul em ampliar entendimentos com parceiros no Oriente Médio. Haverá também a possibilidade de diversificar a balança comercial, já que as economias de ambos os países são complementares. O Tratado foi assinado pelo vice-primeiro-ministro Eliyahu Yishai, e os chanceleres do Brasil, Celso Amorim, da Argentina, Jorge Taiana, do Uruguai, Reinaldo Gargano, e do Paraguai, Rubén Ramirez Lezcano.

Após a assinatura, Yiahai convidou o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, para liderar uma missão de empresários para ir a Israel. Nota-se aí um exemplo do modelo do Estado logístico, implementado desde 2003 no Brasil, em que o Estado transfere parte da responsabilidade do desenvolvimento às empresas. Na

hora de formular a política externa, todos os agentes são levados em conta.

Em 2007, as transações entre o bloco e Israel ultrapassaram os US\$ 1,2 bilhão. A expectativa é que o acordo permita um aumento significativo do comércio. Só entre Brasil e Israel, as transferências somaram mais de US\$ 1 bilhão, com exportações brasileiras de US\$ 356 milhões e importações de US\$ 676 milhões. O acordo prevê liberalização dos produtos em até 10 anos e conta com 95% do comércio do lado do Mercosul e 97% do lado de Israel. O acordo trata do comércio de bens, regras de origem, salvaguardas, cooperação em normas técnicas, cooperação em normas sanitárias e fitossanitárias, cooperação técnica e tecnológica e cooperação aduaneira.

O bloco exporta para Israel sobretudo cereais, grãos, bens de capital e calçados e importa agroquímicos, softwares e produtos tecnológicos. O Brasil concentra a maior parte desse comércio. Os demais membros - Argentina, Paraguai e Uruguai - mantêm relação de valores menores, mas superavitária com Israel. Esse último país também possui acordos de livre comércio com México, Canadá, Estados Unidos e União Européia. Com o ACL, os países do Mercosul passam a ter as mesmas vantagens de acesso à mercado que os países mencionados acima. O Mercosul tem acordos desse tipo com Chile, Peru, Bolívia, Equador, Colômbia e Venezuela. Israel tem tradição de acordos comerciais de grande abertura de mercado. Cerca de 70% do comércio exterior de Israel é feito com isenção aduaneira.

O presidente da Câmara Brasil-Israel de Comércio e Indústria, Jayme Blay, escreveu, em entrevista por e-mail para o presente trabalho:

O Acordo com Israel é o primeiro acordo de livre comércio do Mercosul com parceiro extra regional. Trata-se de um acordo de abertura de mercados para bens, com cláusula evolutiva sobre a

possibilidade de entendimentos, no futuro, sobre acesso a mercados em serviços e investimentos. O acordo entre Mercosul e Israel, prevê a liberalização total de mais de 90% do comércio entre as duas regiões em até dez anos.

Os produtos foram divididos em quatro cestas, com prazos diferenciados para o fim das tarifas de importação: imediato, quatro, oito e dez anos. Um percentual pequeno de produtos, entre 5% e 8%, estarão sujeitos a cotas de importação. Entram nessa lista produtos agrícolas, como açúcar, carnes e laticínios. Apenas 2% dos produtos estão fora do acordo. Este acordo é mais uma forma de se estreitarem as relações comerciais entre Israel e os países integrantes do Mercosul.

Porém, especificamente com relação ao Brasil, podemos destacar que já haviam outros convênios firmados com Israel para o incentivo do intercâmbio comercial entre ambos os países, conforme se verifica através do Decreto nº. 5.576/2005, que promulgou a convenção que visa evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em relação ao Imposto de Renda. Tal convênio evita que companhias Israelenses atuantes no Brasil, e vice-versa, sejam obrigadas a recolher o Imposto de Renda em duplicidade, ou seja, tanto em Israel quanto no Brasil, o que acabaria por onerar em demasia uma empresa e, em consequência, desestimular o intercâmbio comercial entre os países. (BLAY, 2009)

Em entrevista na 15ª edição da revista perspectivas e parcerias, Boaz Hirschr, chefe da administração de comércio exterior do Ministério da Indústria, Comércio e Trabalho de Israel, disse que foi a primeira vez que o país negociou um ACL com países em desenvolvimento e também o primeiro do Mercosul fora da América Latina. Por isso, ambos tinham uma abordagem diferente de política comercial. Segundo ele, as principais dificuldades foram àquelas relativas à liberalização do setor agrícola e ao

amplo calendário para eliminação de tarifas referentes ao setor industrial sugerido pelo Mercosul.

O ACL com o Mercosul é o primeiro passo de Israel na busca de novos mercados, países que considera futuros líderes da economia mundial. (...) Faz parte da política israelense acompanhar as mudanças na economia mundial, dando atenção especial ao papel central que estão desempenhando os BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China). (...) Esperamos que o ALC não apenas fortaleça o comércio, mas diversifique a pauta de exportações. Como estamos falando de redução de tarifas em dez anos, os efeitos não serão imediatos, mas de longo prazo. Nossa expectativa é o crescimento do intercâmbio comercial e o fortalecimento dos vínculos entre as comunidades empresariais, o aumento do fluxo de investimentos em todos os países envolvidos, como também a cooperação em P&D. (HIRSCHR, 2008, p. 25)

O presidente da Fiesp, Paulo Skaf, também entrevistado na revista citada, citou algumas vantagens do ALC e conta que o Brasil oferece oportunidades para as empresas israelenses por causa do seu mercado interno e por servir como plataforma de exportação para terceiros mercados:

O setor empresarial brasileiro e israelense já é bastante unido e o acordo terá como efeito potencializar, ainda mais, as oportunidades deste relacionamento. Em 2007, o comércio bilateral superou US\$ 1 bilhão, valor pequeno se comparado com a importância dos mercados. Nossa expectativa é de que, a partir da entrada em vigor do acordo, este montante tenha um incremento de mais de 100%. As matizes produtivas de Brasil e Israel são complementares em sua maioria e muitos setores serão beneficiados. Do ponto de vista brasileiro, podemos citar os

segmentos químicos, calçadista, têxtil e do agronegócio. Do lado israelense, os principais beneficiários serão os setores de pedras preciosas e de produtos de tecnologia. (SKAF, 2008. p. 30)

A embaixadora do Estado de Israel no Brasil em 2007, Tzipora Rimon, explica na revista mencionada acima que, além do tratado de livre comércio, foram firmados outros acordos econômicos bilaterais. São eles: Memorando de Entendimento de Cooperação em Pesquisa e Desenvolvimento Industrial, Acordo de Cooperação no Campo da Agropecuária e Memorando de Entendimento entre Centro Internacional de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores de Israel e o Ministério da Integração Nacional do Brasil. Tais atos enriquecerão e diversificarão os laços econômicos entre os dois países. O ministro das relações exteriores do Brasil, Celso Amorim, esteve em Israel em fevereiro de 2008. Na ocasião, assinou ainda um Programa Executivo de Cooperação Cultural entre os dois países, para os anos de 2008 a 2010.

O ano da assinatura do Tratado, 2007, exemplifica o dinamismo que pauta o relacionamento entre os dois países. O atual embaixador, Pedro Motta, resume, em entrevista para a revista mencionada acima, os principais acontecimentos. Em julho, houve uma missão do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, chefiada pelo secretário Interino de Ciência e Tecnologia, Manuel Lousada, com o objetivo de estabelecer a metodologia para a aplicação do Memorando de Entendimento para a Cooperação em Pesquisa e Desenvolvimento Industrial no setor privado.

Em outubro, o ministro da Integração Nacional Geddel Vieira Lima, veio em visita oficial. O prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, acompanhado de empresários paulistas, participaram da Watec 2007, Feira Internacional de Tecnologias para Água e Controle Ambiental, onde foi

inaugurado o estande do Brasil. Em novembro, compareceu o governador de Minas Gerais, Aécio Neves, com o intuito de participar do Seminário sobre Oportunidades de Negócios. No mesmo mês, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, foi convidada oficial da conferência sobre a Mulher para o Desenvolvimento Sustentável, organizada em cooperação com a Unesco. O presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, participou como key speaker da “The Israel Business Conference 2007”, em Tel Aviv, na qual falou sobre “Brazil: na emerging market”. Meirelles encontrou-se também com o governador do Banco de Israel, Stanley Fischer.

3.3 Argentina, Paraguai, Uruguai e o ALC

Apesar de o Brasil ser o principal parceiro de Israel na América do Sul – em 2006, 52% das exportações do Mercosul para Israel foram brasileiras e o Brasil importou 84% do total importado pelo bloco- os outros países membros também obterão vantagens.

A relação comercial que a Argentina tinha com Israel era muito pequeno, o que muitos livros resumiriam em um traço. Desde 2005, no entanto, o comércio entre os dois dobrou, chegando a US\$ 300 milhões. Tal fato indica que há muito o que ser explorado por ambos países. Há um grande potencial para desenvolver, o que pode ocorrer com o ALC. Os argentinos importariam máquinas, sobretudo do setor audiovisual e produtos químicos. Exportariam, em contrapartida, carnes, cereais e peixes. A Argentina ocupa atualmente o quarto lugar em termos de relações comerciais com Israel na América Latina, atrás do Brasil, México e Colômbia.

O Uruguai, de acordo com a consulesa-geral do Uruguai em São Paulo, Brígida Scaffo, entrevistada na revista mencionada anteriormente, considera o acordo um passo importante para reconstruir sua economia, que

sofreu forte impacto com o processo de globalização da década de 1990. Grande parte da indústria manufaturada não estava em condições de competir com o mercado Oriental. O tratado consolidará a relação histórica entre os dois países e o vínculo comercial com Israel, considerado um mercado bem qualificado.

Terá resultados positivos na medida em que aumentarmos as exportações de novos produtos, redundando em benefícios reais e futuros para ambas as partes, com a geração de empregos e um maior dinamismo das duas economias.(...) O ALC inclui ainda um capítulo sobre Cooperação Técnica e Tecnológica, que permitirá explorar novas áreas de relacionamento bilateral em um setor de relevância, em que ambas as partes poderão se desenvolver tecnologicamente. O acordo prevê para o futuro, a possibilidade de expansão do comércio de serviços. (SCAFFO, 2008. p 39-40)

O Uruguai mantém uma relação superavitária com Israel. A pauta de importação e exportação é parecida com a da Argentina. O país sul-americano exporta carnes, cereais e produtos do setor alimentício e importa maquinário, tecnologia e softwares. O governo busca ainda investimentos produtivos e facilita a instalação de empresas que geralmente buscariam a Argentina ou o Brasil. O Uruguai está entre esses dois países e, por isso, pode ser um ponto estratégico para se ter acesso a importantes mercados da América do Sul.

O Paraguai tem diante de si o desafio de deixar de ser um país importador. Em 2006, o país exportou apenas US\$ 1,906 milhão e importou US\$ 5.898 milhão. Para isso deve criar facilidades para os investidores. A proximidade com grandes mercados, como o do Brasil, compensa a falta de acesso a um oceano. Os paraguaios têm interesse no know-how dos

israelenses em tecnologia agrícola. Esse pode ser o grande passo no sentido de uma integração comercial maior. O Paraguai exporta carnes, principalmente as desossadas, e importa máquinas para o setor industrial e agrícola. A ministra do departamento de negociações comerciais da chancelaria do Paraguai, Helena Salazar, em entrevista a revista parcerias e perspectivas, disse que o governo vê o acordo como um avanço, mas enfatiza que as trocas comerciais poderiam ser maiores:

Entendemos que alguns setores importantes de nossa produção, principalmente a agrícola ficaram de fora do acordo, ou limitados em algumas partes, até por conta de contrapartidas exigidas por outros integrantes do bloco. (SALAZAR, 2008.p. 43)

3.4 Um problema pendente: as regras de origem

O Acordo de Livre Comércio entre Mercosul e Israel, como qualquer tratado, deve ser aprovado pelo Congresso Nacional e depois ratificado pelo presidente da República para ter validade dentro do território. O acordo deve também ser aprovado ainda por cada um dos congressos dos Estados que o assinaram. No Brasil, o ACL ainda não foi votado na Câmara dos Deputados. Depois disso, deverá ainda passar pelo Senado, aguardar a ratificação do executivo e a aprovação dos demais países para ter, de fato, a validade total.

Além disso, apesar do acordo ter sido concluído, um ponto ainda gera muita polêmica. Um dos aspectos mais delicados a respeito do Acordo de Livre Comércio Mercosul-Israel diz respeito à questão dos bens oriundos de assentamentos ilegais nos Territórios Palestinos Ocupados (TPOs). Essa dificuldade traz a tona o problema da definição do próprio território israelense e não é explicitamente mencionada no acordo. O que deve ser

considerado como produto efetivamente produzido em Israel? Como classificar os produtos fabricados em territórios ocupados ilegalmente por Israel? Neles, são produzidos vinhos, azeites, tecidos e até produtos de indústrias high-tech. Por enquanto, implicitamente, o entendimento é de que esses produtos são considerados israelenses. Em entrevista para o presente trabalho, o atual embaixador do Brasil em Israel, Pedro Motta, comenta o assunto:

Trata-se de uma questão específica de Israel já que esse país ocupa, desde 1967, áreas legalmente fora de suas fronteiras tal como delineadas em diferentes instrumentos internacionais, questionados por Israel (linhas dos Armistícios de 1949, Acordos de Oslo) ou conquistados com a guerra de 1967. Nesses territórios, que os Palestinos consideram como pertencentes ao futuro Estado da Palestina, Israel mantém assentamentos (colônias) que hoje abrigam mais de 400 mil israelenses, e neles estão instaladas unidades que produzem, por exemplo, vinhos, tecidos, azeite, e abrigam até indústrias de “high-tech”.

O ALC Mercosul-Israel não contempla explicitamente essa questão, mas a mesma é interpretada de acordo com normas mais amplas a respeito da jurisdição aplicável ao Tratado que é a mesma que Israel detém sobre o controle aduaneiro. Em outras palavras, como Israel detém controle aduaneiro sobre os territórios ocupados, os bens aí produzidos são definidos como tendo origem israelense.

Tal situação, no entanto, não é aceita por alguns países e blocos (como o caso da União Européia que por decisão unilateral foram denegados benefícios dos acordos de livre comércio que mantém com Israel aos bens originários dos assentamentos nos TPOs).

No caso do Brasil estão em curso entendimentos no Congresso Nacional tendo em vista o interesse e a preocupação demonstrada por Parlamentares com a inclusão teste tipo de bens no Acordo.

O relator do ALC Mercosul-Israel na Comissão do Mercosul é o Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG). A tendência do Brasil, talvez junto com os demais países membros do Mercosul, é no sentido de encaminhar o debate do tema para o âmbito interpalamentar do Mercosul e para seu exame pelo chamado Comitê Conjunto do Acordo.

Paralelamente, há um interesse que está sendo considerado favoravelmente pelo Brasil e outros sócios do Mercosul de trabalhar num acordo de livre comércio com a Autoridade Nacional Palestina (no caso a Organização para Liberação da Palestina-OLP. que tem legitimidade para negociar acordos por parte dos palestinos) que permita dar tratamento específico aos produtos oriundos dos TPOs produzidos por palestinos. Tratar-se-á de algo como um acordo quadro Mercosul-OLP/ANP. Enquanto não se dá esse acordo há um entendimento implícito de que os benefícios do ALC Mercosul-Israel serão estendidos aos TPOs distinguindo-se portanto dos produtos originários dos assentamentos israelenses nesses territórios ocupados. (MOTTA, 2009)

3.5 Brasil: potencialidades

O documento “Brazil: an emerging power”, disponível no site da embaixada do Brasil em Israel, aponta as vantagens que o país oferece para os investidores estrangeiros. O Brasil passou na década passada por profundas mudanças, que o levaram de uma economia isolada da integração global a ser um dos principais líderes de mercado emergente. Hoje faz parte dos BRICs, junto com a Índia, China e Rússia; e de outras alianças em que desempenha papel de liderança, como o G-20, criado em 2003. O país tem acumulado vitórias em contenciosos da Organização Mundial do Comércio (OMC) contra países desenvolvidos. O PIB cresceu 5,1% em 2008 e somou R\$ 2,9 trilhões, o PIB per capita subiu 4% em 2008 e atingiu R\$ 15.240.

Toda essa evolução da economia brasileira nas últimas décadas inclui o processo de privatização, ocorrido a partir de 1990, a criação do Mercosul, em 1991. Houve também reforma fiscal e maior controle da inflação, com o Plano Real em 1994. Em 1995, uma Emenda a Constituição suprimiu restrições ao investimento estrangeiro em alguns setores, incluindo, óleo, serviços de atividades de gás e transporte doméstico. As restrições permaneceram em áreas como a nuclear, propriedade rural, correio, telégrafo e aviação doméstica.

O documento mencionado acima cita algumas vantagens do país. Segundo ele, investir no Brasil pode ser proveitoso porque é a terceira maior democracia no mundo, atrás apenas dos Estados Unidos e da Índia. Tem uma população que ultrapassa a casa dos 180 milhões de habitantes. O país comporta também o maior e mais diversificado parque industrial da América do Sul e Caribe. É, além do mais, o maior produtor de café, laranja e cana-de-açúcar. Cerca de 22% do território é de terra arável. Além disso, possui grandes reservas de bauxita, manganês e ouro. Tornou-se auto-suficiente no petróleo. O Brasil consta igualmente entre os maiores países produtores de energia elétrica. É o maior produtor de jatos e o terceiro maior, de sapatos. O país constitui o sexto maior mercado para cosméticos, com US\$ 9 bilhões de vendas por ano e tem a décima maior indústria de papel e celulose.

Culturalmente, o Brasil é um país pacífico. Faz fronteira com dez países e logrou manter a paz com todos há mais e 100 anos. O documento descreve o país como sendo multirracial e respeitador dos imigrantes e de suas crenças. Politicamente, o Brasil sustenta um regime democrático e instituições públicas sólidas, como o Senado, a Câmara dos deputados e as Cortes de Justiça. É também defensor do direito internacional e promotor da paz e do desenvolvimento em outras nações. Em contrapartida deve ainda enfrentar desafios. Sustentar crescimento e redistribuí-lo para diminuir as

enormes desigualdades sociais; e reduzir as taxas de juros são alguns exemplos do que ainda deve ser feito.

O Brasil é um importante ator na arena internacional, devido ao seu tamanho, sua relevância política e econômica e a força de sua identidade. Mas ele é também uma nação em desenvolvimento, com suas vulnerabilidades econômicas e sociais. Reconhecem-se tais aspectos com senso de objetividade e criticismo. Brasil não quer cair na armadilha de um chauvinismo irreal ou de um ceticismo que leve a complacência ou a meras posturas reativas. Sobre as potencialidades econômicas do Brasil, o embaixador Sérgio Morerira Lima comenta em seu livro:

Brazil has the ninth economy in the world in terms of purchasing power parity and the tenth in real exchange rate. Its performance has become more stable while its vulnerability to external shocks has been reduced. With an enlarging services and manufacturing sectors and a relatively young population, the size of Brazil's market can significantly expand within a generation as the country continues to promote social mobility.

Perhaps the most interesting characteristic of modern Brazil, regarding its economic possibilities, is not the size of the country's overall productive capacity, but the diversity of Brazilian entrepreneurship. As the fourth largest producer of civil aircrafts and at the same time a powerful player in agri-business and world food production, Brazil has started to impact global trade and its policies.

Brazil is fast becoming the world's agri-powerhouse. The potential for expansion in the agricultural sector is still significant. Brazil is the largest global exporter of beef, coffee, orange juice and sugar, and it is closing fast on the leaders in soy, poultry and pork. Unlike its competitors, Brazil is not running out of land. Agriculture occupies 60 million hectares now. According to Embrapa, Brazil's main agricultural research institute, it could stretch out to another 90 million hectares without touching the Amazon rainforest. Only a

relatively small proportion of Brazil's agricultural production is exported – evidence of the size and dominance of the domestic market. Expansion in agricultural production will require significant advances in market access for exports and major investment in transportation infrastructure, both of which are high priorities on the government's agenda. (MOREIRA LIMA, pg.14-15, 2006)

3.6 Empresas israelenses no Brasil

O antigo embaixador do Brasil em Israel, Sérgio Moreira Lima, lançou um livro intitulado “A time for change”, em que reuniu diversas palestras por ele proferidas ao longo dos anos em que morou no país. Na ocasião do lançamento, disse que existiam cerca de 200 empresas israelenses no Brasil. Há três anos antes daquela data, esse número não chegava a 100.

Em maio de 2009, a empresa aérea israelense El Al lançará um vôo direto de Tel Aviv a São Paulo, com duração de um pouco mais de 14 horas em um Boeing 777, com capacidade para 277 passageiros. As opções de viagem de São Paulo para Tel Aviv serão aos Domingos, Terças e Quintas-feiras. As de Tel Aviv para São Paulo, as segundas, quartas e sábados. Para se chegar a Israel hoje, é necessário fazer escala em algum aeroporto da Europa. Tal processo retarda a viagem em mais de um dia. O Brasil servirá como conexão para outros pontos da América do Sul. Os países ao entorno de Israel também poderão usar Tel Aviv como ponte para a América do Sul. A companhia surgiu praticamente junto com o Estado de Israel. Em 2008, completou 60 anos de existência. Após passar 55 anos como empresa estatal, foi privatizada em 2004. Desde 2005, a empresa registra crescimento médio de 15% ao ano.

Jayne Blay, presidente da Câmara Brasil Israel de Comércio e

Indústria, em artigo publicado no site dessa instituição, disse que os vôos diretos entre Brasil e Israel sempre estiveram entre as principais metas almejadas pela Câmara e são um marco nas relações entre Brasil e Israel. Eles vão incrementar as oportunidades de negócios entre os dois países em um tempo menor para os empresários e sem o risco de perda de conexões.

A embaixadora de Israel no Brasil em 2007 Tzipora Rimon, contou, na entrevista já mencionada, que Israel dá grande importância ao desenvolvimento da infra-estrutura do turismo no país. Em 2007, segundo ela, houve aumento de 32% no número de turistas brasileiros que visitam Israel. Uma nota publicada no site da Câmara de Comércio Brasil-Israel aponta para o crescimento do turismo brasileiro no país. De acordo com o artigo, há dois anos o Ministério do Turismo de Israel decidiu abrir um escritório próprio no Brasil, o único em território sul-americano. De acordo com a diretora da entidade, Cleo Ickowicz, os israelenses estavam cientes do potencial do mercado brasileiro para Israel e os números até agora registrados confirmam essa teoria. Sua previsão é fechar 2008 com um ingresso de 30 mil brasileiros em Israel. Somente no período de janeiro a outubro houve um aumento de 58% na emissão de turistas do Brasil. Para 2009, a expectativa é obter um incremento entre 30% e 40%. A novidade para 2009 será a participação de Israel no workshop da CVC.

Além da El Al, outras empresas israelenses fazem parte do dia-a-dia dos brasileiros. É o caso da GVT, prestadora de serviços de telecomunicação e internet no Brasil desde 2000. A empresa adota tecnologia e fornecedores de Israel, como equipamentos da ECI Telecom e da Alvarion. Desde sua implementação, a companhia registra crescimento crescente. E a tendência é expandir ainda mais. Em 2006, conseguiu ter licença para atuar como operadora completa de telecomunicações em todo o Brasil.

O mercado de genéricos no Brasil chegou a R\$ 1,6 bilhão em 2006. A popularização desse tipo de medicamentos no país começou com quando José Serra ainda era ministro da saúde. Tal mercado atraiu empresas estrangeiras especializadas nesse setor, como a Teva Farmacêutica do Brasil, subsidiária da israelense Teva Pharmaceuticals, que abriu suas portas em 2006, em São Paulo. O carro-chefe da mundial israelense é o Copaxone, medicamento para esclerose múltipla. A Teva Pharmaceuticals surgiu como um negócio de família, há 106 anos em Jerusalém. Ela distribuía remédios importados para a região usando burros e camelos. Hoje, trata-se de uma empresa globalizada, considerada a maior indústria de genéricos do mundo. É sediada em Israel e 80% de sua destina-se a América do Norte e Europa. A companhia concentra suas atividades em vários segmentos, produzindo medicamentos genéricos a partir da quebra de patentes e novas drogas em nichos de mercados nos quais possui vantagens competitivas em termos de pesquisa e desenvolvimento. A Teva do Brasil tem, atualmente, 62 empregados pretende investir cerca de R\$ 20 milhões no desenvolvimento de novos projetos.

A inauguração da TV digital, adotada oficialmente em 2007 no Brasil, também chamou a atenção de investidores estrangeiros. Um exemplo é a israelense Scopus Vídeo Networks Ltd, que fornece soluções digitais de compensação para o mercado de televisão por satélite, via cabo e MMDS ou sistemas de transmissão de vídeo em redes terrestres de telecomunicações. É por essência uma empresa de serviços que centraliza sua ação no mercado de televisão digital em geral. No Brasil, a empresa começou a operar em 2003, realiza projetos, venda, instalação, treinamento e assistência técnica. A empresa chegou a América Latina atraída pelas possibilidades que a região oferece em termos de mercado em desenvolvimento.

Outro exemplo é a Zim Integrated Shipping Services Ltd., a maior empresa de navegação de Israel, que tornou-se uma das 15 principais do mundo. A empresa opera uma frota de 107 navios com capacidade de transporte superior a 270 mil TEUs (Twenty-Foot Equivalent Unit) e gerencia uma rede global e regional. No Brasil, iniciou suas atividades em 1978. Após 15 anos de serviço em Itajaí, em 2008, a empresa deslocou-se para a margem esquerda do rio Itajaí-Açu, em Santa Catarina. O gargalo logístico enfrentado é apontado como causa da mudança. A Zim é a companhia que transporta a maioria das cargas do continente latino-americano destinada a Israel. A companhia é o principal armador no transporte de carne da América do Sul para Israel. A Zim foi criada, em 1945, como empresa estatal e, em 2004, foi privatizada.

CONCLUSÃO

O Acordo de Livre Comércio não potencializará apenas as relações econômicas e comerciais entre Brasil e Israel, mas também relações sociais e culturais. Confere, além do mais, importância fundamental a um bloco visto com ceticismo por grande parte da população brasileira. Mostra que, apesar de todas as dificuldades vividas pelo Mercosul, elas são inerentes a qualquer processo de integração regional. O bloco, dentre os principais avanços dos últimos anos – ainda que muitos sejam questionáveis-, conta com uma série de acordos de preferências comerciais com outros países, que contribuem para o crescimento e desenvolvimento do país. O ACL é o primeiro efetivado com um parceiro extra-regional e, nessa condição, também é o primeiro a prever a implementação de uma área de livre comércio. O acordo comprova também a credibilidade internacional do bloco.

As relações entre os dois países foram marcadas, em um primeiro momento (de 1947 a 1973) pela equidistância e relações econômicas modestas. Oswaldo Aranha, presidente da Assembleia Geral da ONU teve papel fundamental, com o voto de desempate, para a criação do Estado de Israel, Tal gesto é lembrado até hoje com símbolo de amizade e bom relacionamento. Em 1973, o choque do petróleo encadeou mudanças na política externa brasileira referente a Israel. Adota-se uma posição pró-árabe e Geisel declara o sionismo como uma forma de racismo. Nessa última fase, tratou-se, sobretudo, de uma política de relacionamento excludente. Ter relações com Israel significava impor impedimentos à relação do Brasil com outras nações árabes. Nos últimos anos, foi visível o dinamismo que pautou a relação entre Brasil e Israel.

Além do ALC, várias missões oficiais brasileiras estiveram presentes na terra prometida, incluindo a visita oficial de Celso Amorim, no início deste ano. Muitas empresas israelenses se fixaram no Brasil e o turismo entre os dois países cresceu, e será ainda mais potencializado, com a inauguração do voo direto da empresa aérea israelense El Al, em maio deste ano, de São Paulo para Tel Aviv. Em 2008, para comemorar os 60 anos de independência de Israel, a embaixada promoveu o ano do chorinho, com a vinda de artistas brasileiros renomados e com a implementação de workshops e de palestras.

Em termos econômicos, espera-se que com o ACL, o comércio bilateral, que chegou a mais de US\$ 1 bilhão, aumente em 100%. O Brasil, assim como os demais membros poderão beneficiar-se do desenvolvimento tecnológico de Israel, O setor do agro-negócio será beneficiado pelas exportações, sobretudo de carnes, para o país da terra prometida. O Brasil também receberá importantes fluxos de investimentos, já que oferece oportunidades para as empresas israelenses, seja em virtude do seu mercado interno, seja como plataforma para terceiros mercados. O ACL prevê abertura de mercados para bens, com cláusula evolutiva sobre a possibilidade de entendimentos, no futuro, sobre acesso a mercados em serviços e investimentos.

BIBLIOGRAFIA

ALTEMANI, Henrique; LESSA, Antônio Carlos. *Relações Internacionais do Brasil temas e agendas*, São Paulo, Saraiva, 2006.

BLAY, Jame. Entrevista . Brasília 10 março 2009.

BREDA DOS SANTOS, Norma. *Brasil e Israel: diplomacia e sociedades*. Brasília, Editora UnB, 2000.

CAMPBELL, Jorge. *Mercosul entre a realidade e a utopia*, Rio de Janeiro, Marques Saraiva, 2000.

COSTA VAZ, Alcides. *Cooperação, integração e processo negociador: a construção do Mercosul*, Brasília, Instituto de Relações Internacionais, 2002.

CHUDNOVSKY, Daniel ; FANELLI, José Maria. *El desafío de integrarse para crecer*, Argentina, Siglo veintiuno de argentina editores, 2001.

HUGUENEY FILHO, Clodoaldo; CARDIM, Carlos Henrique. *Grupo de reflexão prospectiva sobre o Mercosul*, Brasília, IPRP, 2002.

LOPES PORTO, Manuel Carlos. *Teoria da Integração e Políticas*

Comunitárias, Coimbra, Almedina, 1997.

MOREIRA LIMA, Sérgio Eduardo. *A time for change*. Tel Aviv, Gvanim, 2006.

MOTTA, Pedro. Entrevista. Brasília 20 março 2009.

MOTTA VEIGA, Pedro da, *O Brasil e os desafios da globalização*, Rio de Janeiro, Sobeet relume Dumará, 2000.

Revista Parcerias e Perspectivas. Brasil e Israel 2008. p.20 - 77. São Paulo, Editora Vox, 2008.

SOMBRA SARAIVA, José Flávio. *Relações Internacionais: dois séculos de história*, Brasília, IBRI, 2001.

VIGEVANI, Tullo ; FAVERÃO, G. DE M. ; Ramanzini, Haroldo ; CORREIA, R. A. . *O papel da integração regional para o Brasil: universalismo, soberania e percepção das elites*. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 51, p. 5-27, 2008.

VIOLA, Edurado; Leis, Hector Ricardo. *Sistema Internacional com Hegemonias das Democracias de Mercado*, Florianópolis, Editora Insular, 2007.